



EDITORIAL

1º de maio Reflexões e novas lutas

O 1º de maio é uma data de grande significado para os trabalhadores, sendo uma conquista obtida com muita luta, determinação, coragem e unidade, contra condições que se apresentavam como inaceitáveis e que pareciam à primeira vista intransponíveis. A libertação "legal" dos escravizados ocorrida em 13 de maio, lançou um contingente de pessoas na rua, sem lhes assegurar um suporte para a nova realidade que se apresentava, pois a partir dali o vínculo de trabalho seria totalmente diferente. Acostumados a submeter os trabalhadores a uma labuta diária desumana, os patrões naturalmente transferiram essa prática para uma nova classe de trabalhadores assalariados que começou a se formar. Conscientes de sua nova realidade, a luta pela redução da jornada de trabalho foi o primeiro item a constar da pauta de luta, assim como a extinção da punição física que continuava frequente no espaço laboral. Temos presenciado nos últimos anos, um movimento fundamentado no ideário neoliberal, o qual tem como propósito a redução dos direitos trabalhistas construídos ao longo das décadas, com muito sangue, suor e lágrimas dos explorados pelo capitalismo. Nesse contexto, resgatar a esperança, coragem e determinação de lutar pela defesa dos nossos direitos se torna tão imprescindível quanto respirar, mas para isso precisamos nos unir como fizeram nossos colegas no passado, pois foi assim que conseguiram grandes vitórias, pois afinal de contas, um sindicato é tão forte quanto o comprometimento da sua categoria pela sua causa. No decorrer da história, a humanidade tem se defrontado com muitas pandemias, e seus impactos para vida sempre foram intensos e por vezes mortais, mas felizmente contamos na atualidade com a mais eficaz das armas da medicina contra as doenças: as vacinas. Mas mesmo essas, só são eficazes a partir da vacinação da maioria da população (70%), quando se obtém a imunidade de rebanho.

Como profissionais de educação atuamos diariamente junto a um número considerável de pessoas, sendo a maioria jovens, nesse contexto, a prudência recomenda o retorno apenas quando a maioria ou todos da comunidade acadêmica estiverem vacinados, qualquer outra atitude contribuirá para a disseminação da doença que ceifou vidas preciosas. E nosso compromisso com a vida, nos torna intransigentes nessa questão. Outro aspecto impactado por uma pandemia diz respeito ao trabalho. Normalmente impacta o funcionamento das organizações/empresas, e aumenta o desemprego. Mas na atualidade por conta dos avanços tecnológicos, têm concebido uma nova forma de exploração da mão de obra, o trabalho remoto, o qual além de destruir a tênue linha que separava nossa privacidade do trabalho, extrapolou nosso limite temporal da carga horária laboral, sem falar que os custos pelos equipamentos que utilizamos em sua realização ficou sob nossa responsabilidade, pulverizando ainda mais nosso tão limitado salário. E isso se constitui sem dúvida, em um novo item de pauta para a luta da categoria. Neste mês de grande relevância para nós, refletimos nossa herança histórica diante dos desafios que se apresentam, como uma grave pandemia, uma nova configuração de trabalho com vínculos frouxos e danosos para o trabalhador (trabalho remoto) e uma reforma administrativa que tem como propósito nefasto desconstruir o serviço público. Que sirva como lembrete que direitos são conquistados e mantidos através da luta, determinação e coragem de pessoas que acreditam em uma outra realidade, com dignidade e melhores condições de vida para todos.

Adm. Salvador Aragão Filho
Diretor administrativo
SINTEST/BA UNEB



Dia do trabalhador pautado por reivindicações pela democracia, emprego, vacina para todos e ação solidária

O SINTEST/Ba UNEB fez mais uma vez do 1º de maio um momento de luta em prol das pautas urgentes da classe trabalhadora e uma ocasião para praticar a solidariedade. Junto com o Fórum dos Técnicos das Ueba, e alinhado com a proposta da CTB-Bahia, expôs novos outdoors com a chamada "1º de Maio Pela Vida – Democracia, Emprego, Educação e Vacina para Todos", como parte de uma campanha unificada entre as centrais sindicais e os movimentos sociais em várias cidades baianas. O sindicato escolheu as cidades de Serrinha, Juazeiro, Paulo Afonso e Alagoinhas como pontos de divulgação. O diretor geral Firmino Júlio, reforçou a importância de "refletir sobre o momento atual de ataques aos direitos, conquistas históricas e luta, é a identificação do nosso DNA de resistência e unidade. Viva o 1º de maio sempre". Além disso, sensibilizado com as dificuldades financeiras que muitos enfrentam por conta da pandemia da Covid-19, e consciente da responsabilidade social enquanto entidade, atendeu ao chamado solidário da CTB-Bahia contribuindo na campanha de

arrecadação de alimentos não perecíveis, com a doação de cestas básicas que foram distribuídas em comunidades carentes às pessoas em situação de vulnerabilidade.



Daiana Alcântara (Sintest/Ba Uefs), Pascoal Carneiro (CTB-BA), Firmino Júlio (Sintest/Ba Uneb)

INFORME JURÍDICO: Orientação aos servidores com processo de aposentadoria tramitando há mais de seis meses



O SINTEST/Ba UNEB, representante legítimo dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação do Terceiro Grau do Estado da Bahia, informa aos seus filiados com processos de aposentadoria em trâmite há mais de 6 meses, a possibilidade de adoção de medidas judiciais cabíveis por meio da assessoria jurídica do sindicato, em razão da demora da tramitação, respaldado pelo princípio constitucional da duração razoável do processo e lei estadual 12209 de 2011. Para tal, é necessário que os interessados preencham a procuração em nome do advogado da entidade disponível no site (www.sintestba.org.br) e encaminhe cópias dos protocolos, processo na íntegra, RG e comprovante de residência para o email: secretaria@sintestba.org.br. Dúvidas e informações serão esclarecidas através dos canais de comunicação do sindicato.

Você já ouviu todos os episódios do SintestCast, o podcast do sindicato?

Sintest
Cast



Novos bate-papos sempre a cada 15 dias com temas relevantes para a categoria.

OUÇA NAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE PODCAST



PEC 32/2020: Reformar ou destruir?

Por Ana Georgina*

A Proposta de Emenda Constitucional 32/2020 (PEC 32/2020) ou a proposta de reforma administrativa apresentada pelo Governo Federal em setembro do ano passado, foi aprovada e admitida sua constitucionalidade pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Sendo assim, admite-se que não há impedimentos à sua tramitação no Congresso Nacional.

Desde o Governo Temer tem havido um esforço deliberado dos governos em direção à redução do Estado e minimização dos investimentos em serviços e políticas públicas. O efeito de várias ações nesse sentido tem levado sistematicamente ao desmonte do papel preponderante do Estado, que é prover condições que levem ao desenvolvimento social e econômico do país, à redução das desigualdades de qualquer natureza e ao bem-estar social. Várias reformas aconteceram ao longo dos últimos 5 anos, a começar pela Emenda Constitucional 95 de dezembro de 2016 que implantou um Novo Regime Fiscal. Esse regime é baseado em medidas de austeridade fiscal como o congelamento de toda a parte primária do Orçamento Federal, ou seja, toda a parte relativa ao funcionamento do Estado (saúde, educação, previdência, investimentos, políticas sociais, etc.) a fim de economizar recursos para o pagamento das despesas financeiras relativas à dívida pública.

O efeito dessa medida tem sido bastante sentido ao longo dos últimos anos e, especialmente agora, no momento em que a crise sanitária iniciada com a pandemia do coronavírus exige mais gastos em ações de preservação da saúde, da vida e de manutenção dos empregos e da renda, com medidas de suporte às empresas. Na grande maioria dos países que têm enfrentado com mais sucesso a pandemia, os orçamentos têm sido utilizados como instrumento para atravessar a crise sanitária com o menor número de mortes e, conseqüentemente, com menor impacto econômico e social. Isso demonstra que estamos indo na contramão das medidas que têm se mostrado mais bem sucedidas no enfrentamento ao coronavírus.

A PEC 32/2020, caso seja aprovada, nos leva por um caminho ainda mais dramático, quando traz na sua concepção a ideia de tornar o Estado mais leve e mais enxuto penalizando, sobretudo, os(as) servidores(as) públicos(as). A garantia de estabilidade apenas para os cargos típicos do Estado e a possibilidade de diversos vínculos diferentes no serviço público trazem o risco de institucionalização da instabilidade e da precarização no setor público, a exemplo do que foi feito com os(as) trabalhadores(as) do setor privado com a reforma trabalhista.

Muito ao contrário do que se pensa, baseado apenas no senso comum, a estabilidade no serviço público é a garantia de que os(as) trabalhadores(as) poderão exercer suas atividades com autonomia e correção, sempre tendo em vista as melhores práticas, a técnica e a eficiência. A perda da estabilidade por futuros(as) servidores(as) ou até mesmo para os(as) atuais, uma vez que passa a ser mais fácil a perda do cargo, segundo as regras trazidas pela PEC 32/2020, é uma porta aberta para a perseguição, para práticas fisiológicas e a corrupção no serviço público.

As formas de ingresso nas carreiras que

não garantem estabilidade, além de serem prejudiciais à continuidade do serviço público, uma vez que promovem rotatividade, ainda destroem a isonomia entre os(as) servidores(as), pois teremos dentro de um mesmo órgão pessoas contratadas de diversas formas, inclusive via terceirização, como já acontece hoje.

Outra justificativa bastante utilizada pelo governo é que os salários são bastante elevados no serviço público. Essa ideia não se sustenta quando verificamos que mais da metade dos(as) servidores(as) públicos(as) (53,1%) recebem até 4 (quatro) salários mínimos. Apenas 3,2% dos(as) trabalhadores(as) do setor público recebem acima de 20 salários mínimos.

Outra premissa incorreta utilizada pelo Governo Federal para justificar a reforma administrativa é o excesso de pessoal no serviço público nas diversas esferas. Novamente essa ideia não resiste a uma olhada um pouco mais atenta. A grande maioria dos(as) servidores(as) se encontram nos municípios brasileiros (53,1% ou 5,6 milhões). É fácil entender esse fato quando lembramos que as políticas de educação e saúde são executadas em sua maioria a partir dos municípios. Em seguida vêm os(as) servidores(as) estaduais (29,1% ou 3 milhões) e a União (9,8% ou 1,03 milhão). Contando com as empresas estatais, o número total de trabalhadores(as) no serviço público alcança 10,5 milhões.

Considerando-se a enorme dimensão territorial do nosso país, podemos observar que esse número nem de longe é exagerado. Ao contrário, comparando-se, por exemplo, com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que congrega os países mais desenvolvidos do mundo, o número de trabalhadores(as) no setor público é de 17,71 a cada 100 trabalhadores. Enquanto isso, no Brasil, esse número cai para 12,45. Nos países mais desenvolvidos como, por exemplo, a Noruega, esse número sobe para 30,34.

Além do fato de ser menor do que o necessário, a força de trabalho no serviço público brasileiro não está distribuída de forma uniforme no território nacional. Grande parte ainda se concentra nas capitais e grandes centros. Longe dos locais mais remotos e desassistidos do país. O que significa que nem todos(as) os(as) brasileiros(as) têm o mesmo acesso aos serviços.

Por fim, não é exagero supor que uma reforma formulada com a intenção de reduzir o tamanho do Estado e, conseqüentemente, promover o desmonte dos serviços públicos, terá impactos desastrosos e significativos sobre a população. Sobretudo, a parcela mais vulnerável. Muitos serviços prestados aos cidadãos e que foram consagrados como direitos, especialmente na Constituição de 1988, podem ser profundamente alterados com o acesso ficando mais restrito e a qualidade pior.

Deste modo, se faz necessária a mobilização de todos(as) para que PEC 32/2020 não seja aprovada, institucionalizando a precarização dos vínculos e das relações de trabalho no setor público e reduzindo o acesso da população a serviços essenciais como saúde, educação e segurança.

Ana Georgina Dias*
Economista e supervisora
técnica do DIEESE

Primeira assembleia de 2021 do SINTEST promoveu debates e definição de estratégias para a categoria

No dia 28 de abril, o SINTEST realizou sua primeira assembleia ordinária virtual de 2021, quando a categoria aprovou em votação por unanimidade o não retorno ao trabalho presencial até a vacinação de todos os servidores contra a Covid-19, assim como a implementação dos protocolos de segurança aprovados pelo CONSU da UNEB, e a retomada das negociações com o governo através do Fórum dos Técnicos. Fez parte da pauta discussões como promoção, progressão, concurso público e ações em prol da categoria.

Vacinação e trabalho remoto

A categoria expôs sua preocupação com o processo de vacinação e como é necessário que abarque toda a comunidade acadêmica única forma de assegurar a preservação da vida, assim como as dificuldades e os prejuízos enfrentados com a realização do trabalho remoto devido ao custo crescente das despesas com energia elétrica, internet e manutenção de equipamentos.

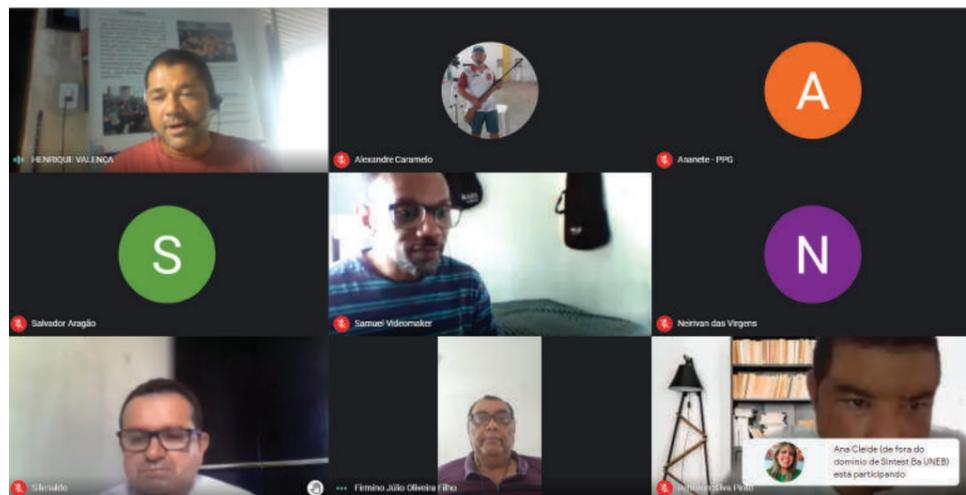
A diretoria destacou o empenho da entidade em cobrar às instâncias responsáveis da instituição que todos os servidores técnicos administrativos constem nas listagens das secretarias municipais de saúde para que sejam vacinados contra a Covid-19. Também foi relatado o encaminhamento de documento à reitoria cobrando informações sobre as propostas de aquisição de notebooks e chips, assim como, bolsa auxílio para o trabalho remoto dos servidores, ambas propostas continuam sem um posicio-

namento por parte da reitoria até o fechamento deste boletim.

Promoção e concurso público

Em relação às promoções, o diretor geral Firmino Júlio, informou que continua tramitando o processo aberto pelo assessor jurídico do sindicato, Dr. Danilo Ribeiro, com vistas a assegurar o direito legal dos marcos funcional e financeiro, retroativamente. Foi discutido que a aprovação da PEC 186 (EC 109) não proíbe a abertura do processo das promoções, logo, após aprovação nas assembleias das entidades, o Fórum dos Técnicos fica autorizado a buscar a retomada das negociações com a SAEB, tendo como objetivo a abertura das promoções em 2021.

Foi esclarecido a categoria que a mesma PEC impede a realização de concurso público, salvo quando for para recomposição de vagas para o quadro efetivo. Mas a UNEB tem um problema jurídico devido a sua opção pela realização de processo seletivo Reda em 2017, o qual foi impugnado por ação do sindicato, e a solução encontrada pela reitoria para continuidade do processo foi a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público (MP), no qual se comprometeu a realizar concurso público para servidores técnicos universitários após dois anos (2019), mas apesar do prazo vencido, a instituição insiste em utilizar esse expediente, o que levanta sérias dúvidas quanto a futura realização de concurso público.



AOS FILIADOS(AS)



Precisamos da
sua colaboração!

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL SINDICAL

Acesse o formulário através do Qr Code ou diretamente no site do Sindicato.

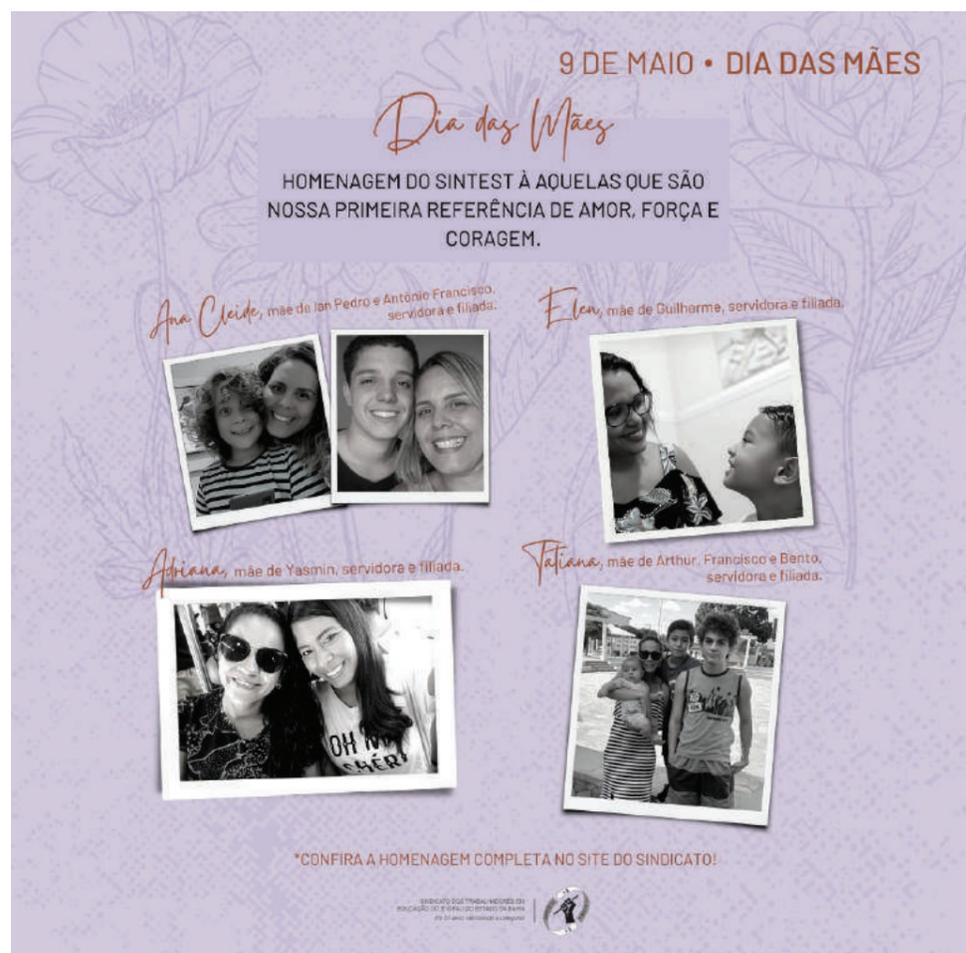


Convocação de beneficiários no processo da URV com pendência de documentação

O SINTEST disponibilizou em seu site lista de servidores da UNEB (técnicos administrativos e professores) beneficiários no processo da Unidade Real de Valor (URV) que possuem pendências de procurações/contratos e documentos para a regularização das questões com a máxima urgência a fim de dar prosseguimento à tramitação do processo. Os servidores que constam na lista terão até 30 de junho de 2021 para encaminhar a documentação pendente. As informações de envio estão descritas no site da entidade (www.sintestba.org.br) Destacamos que aqueles que não desejarem continuar com a ação, precisam preencher e encaminhar o termo de desistência,

também disponibilizado no site. Para mais informações entre em contato através do email secretaria@sintestba.org.br ou pelo telefone (71) 98952 - 4311(WhatsApp), com a secretária, Genivalda Santos.

Ainda, com o intuito de orientar, esclarecer dúvidas e prestar contas sobre o andamento do processo, o sindicato e o advogado da ação, Geraldo Magela, estão concluindo os acordos para realizar uma live no mês de junho com data e horário a serem divulgados. "O grande objetivo desta live será informar devidamente todas pessoas que estejam no processo, evitando ruídos desnecessários, que é a missão do Sintest", afirma o diretor geral da entidade, Firmino Júlio.



SINTEST dá dicas de plataformas de incentivo a leitura infantil em tempo de pandemia

A rápida propagação da Covid-19 levou o mundo inteiro a adotar medidas preventivas e de isolamento social há mais de um ano. Durante esse período, o fechamento das escolas alterou a dinâmica de aprendizagem das crianças, sem as aulas presenciais e afastamento do convívio social escolar. Nesse cenário, o envolvimento direto dos pais e da família se tornou fundamental para promover a educação das crianças.

Um dos hábitos que podem ser destacados nesse processo de adaptação a esse momento atípico, em que pais e filhos estão passando cada vez mais tempo juntos em casa, é o hábito da leitura. Ler para as crianças possibilita às famílias aproveitarem a oportunidade para estreitar laços, estimular a imaginação e criatividade, ampliando o vocabulário delas e a capacidade de compreender a realidade ao seu redor. Atento a isso, o SINTEST foi em busca de programas e plataformas que disponibilizam conteúdo literário infantil, de livros, audiolivros, clubes e orientações para tornar a leitura o mais prazerosa possível, como indicação aos pais e mães da categoria de ferramentas que contribuam e incentivem o interesse das crianças pelos livros, unindo literatura e entretenimento.

Programas e plataformas

Leia para uma Criança

A plataforma faz parte da campanha do Itaú Unibanco e Fundação Itaú Social iniciada há 10 anos, que atualmente disponibiliza livros infantis gratuitos em formato digital para ler no celular ou no computador.

Dentro da História

Essa plataforma incentiva a leitura transformando as crianças em persona-

gens de histórias infantis. No site estão disponíveis mais de 100 histórias, com indicações da cada faixa-etária indo de 0 a 12 anos, onde é possível criar um personagem com as características da criança e depois ler o livro online de forma gratuita. Depois de ler a história online, há ainda a possibilidade de fazer a compra do mesmo livro e recebê-lo em casa, impresso com capa dura e com dedicatória também personalizada. O mesmo site ainda possui uma área de blog que apresenta diversas indicações de atividades para serem desenvolvidas com as crianças, bem como orientações de leitura e discussões sobre desenvolvimento infantil.

Domínio Público

O acervo online governamental dispo-

niliza livros infantis grátis em PDFs com acesso livre em uma biblioteca digital. O objetivo é promover o amplo acesso a livros que já estão em domínio público, ou seja, que não possuem mais direitos autorais e por isso podem ser acessados gratuitamente.

Espaço de Leitura

Uma plataforma que disponibiliza uma série de recursos para enriquecer a aprendizagem das crianças. O site disponibiliza diversas histórias em formato digital para ler de forma gratuita e oferece áudios e vídeos narrados por contadores de histórias. As crianças podem navegar pelo Espaço de Leitura sozinha, mas o site fornece orientações para que os pais saibam como aprimorar a experiência

de aprendizagem dos filhos.

Amazon

A Amazon disponibiliza uma lista de livros infantis grátis em formato de Ebooks, sendo que para o acesso é necessário criar uma conta em seu site e baixar o aplicativo Kindle em qualquer celular ou tablet Android ou iOS.

Leiturinha

É um clube de assinatura de livros infantis que permite receber todo mês um Kit de livros selecionados por especialistas para cada fase de desenvolvimento da criança e acesso a um aplicativo com dicas para mediar a leitura com crianças. As assinaturas podem ser mensal ou anual com valores que variam de R\$24,90 a R\$ 79,90.



Diretora do Sintest/Ba Uefs lança livro com resgate histórico das comemorações do 1º de maio



da minha vivência sindical, observando que minha categoria não tinha o costume de participar das manifestações em Salvador na data, enquanto outras como a Lavagem do Bonfim, 2 de Julho, sim.

Qual a parte mais enriquecedora e o maior desafio ao produzir um estudo sobre essa temática?

O Primeiro de Maio é o único feriado no nosso calendário fruto da luta de homens e mulheres pobres por direitos, estudar essa data é buscar reforçar seu significado entre as pessoas. Muitos não sabem ou não compreendem sua importância, e que é o Dia do Trabalhador e não do Trabalho, é necessário inclusive estar falando disso o tempo todo, porque tem todo um simbolismo por trás das nomenclaturas ao feriado. O maior desafio foram os arquivos, as fontes, infelizmente a conservação dos jornais é precária, então encontrá-las foi um grande achado, mas me preocupei com as condições do acervo na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, local em que achei mais jornais do período escolhido.

Esta pesquisa mudou sua percepção sobre o atual movimento sindical? De que forma?

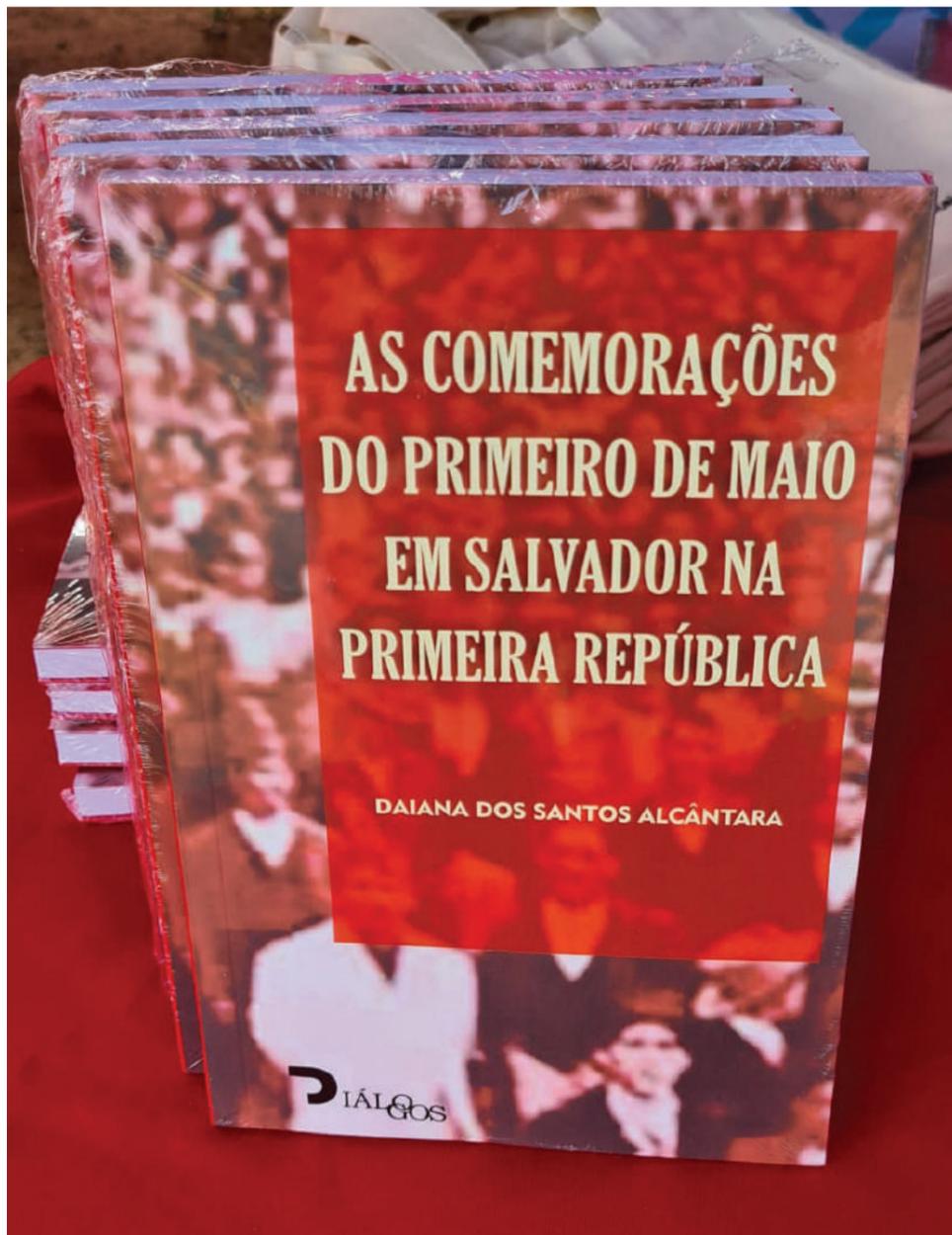
Sim, me fez refletir o quanto é necessário investir na formação sindical para que tenhamos cada vez mais lideranças preparadas dentro do movimento, que sejam multiplicadores entre suas bases. O movimento sindical precisa se reinventar em ações e encontrar formas de reforçar seus laços.

O livro trata de um período histórico diferente do seu, levando em conta sua experiência atual na ação sindical, como se deu essa interação histórica?

Estudar sobre o movimento operário, sobre os sindicatos e associações na Bahia e viver dentro de um sindicato é muito enriquecedor para atuação enquanto liderança, mas por outro lado exige muito em tempo e dedicação para fazer um trabalho de dissertação com essa qualidade, então foi muito difícil realizar a pesquisa, mas vivenciar a pesquisa e atuar como liderança é uma experiência ímpar.

Para você, qual a contribuição da sua obra na formação da classe trabalhadora e movimento sindical?

O trabalhador atualmente vive uma realidade marcada por constantes ataques aos seus direitos, fake news e desinformações. Então este livro vem contribuir para que os trabalhadores e lideranças



sindicais conheçam sua história, compreendendo que conquistas e direitos, ainda usufruídos, provieram de anos de sofrimento, combates e muita perseverança na luta coletiva.

Seu livro aborda as comemorações do 1º de maio na Primeira República, existe paralelo com as celebrações atuais do dia do trabalhador?

Hoje as celebrações a data são reforçadas pelas Centrais Sindicais, entre os sindicatos com a categorização das representações, a maioria tem mantido as celebrações nas datas alusivas às profissões e esquecido que a classe trabalhadora mesmo heterogênea precisa reforçar seus laços. Então, quem está no movimento sindical precisa de formação, justamente para poder conduzir o sindicato com mais conhecimento e entender esse conhecimento para a base, assim cada vez mais conseguiremos ter uma base, uma classe coesa.

As contribuições que o seu livro traz para as comemorações do dia do trabalhador são significativas para o conhecimento da construção histórica dessa data. Você acredita que podemos resgatar sua importância para os trabalhadores atuais?

Acredito, por isso, pedi apoio às entidades sindicais baianas e à central sindical, CTB, para publicar esse livro. Em 1891, um tipógrafo baiano, Argemiro de Leão, já dizia que era fundamental educar a classe trabalhadora para que ela se livrasse das amarras da submissão, logo, esse estudo pode não só contribuir na formação das nossas lideranças, como também complementar no processo de conscientização das categorias, e no nosso caso, os servidores públicos se enxergarem como trabalhadores e compreenderem a necessidade de se manterem firmes e unidos na luta por e pela manutenção dos seus direitos.

Daiana dos Santos Alcântara é historiadora, servidora técnica na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e atua como Diretora Geral do SINTEST/Ba UEFS. Após um extenso trabalho de pesquisa para a sua dissertação de mestrado defendida em 2019 na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ela apresenta sua pesquisa acadêmica em uma versão com poucas modificações no livro "As comemorações do 1º de maio em Salvador na Primeira República", publicado pela Sagga Editora. O livro foi lançado no dia 30 de abril em live realizada pelo perfil do Instagram @dicashistoricas.

A obra narra as comemorações de uma classe trabalhadora constituída de homens e mulheres negras em meio a um país que vivia sob os escombros do escravismo recém decaído. Na entrevista abaixo Daiana compartilha um pouco do processo de pesquisa sobre o 1º de maio, sua percepção do movimento sindical, a importância dessa data para a classe trabalhadora assim como os paralelos com sua própria experiência na formação e atuação sindical.

Como e quando surgiu a ideia de desenvolver a pesquisa, que se tornou livro sobre o as comemorações do 1º de maio? E por que esse período da Primeira República e tendo a cidade de Salvador como referencial?

As manifestações do Primeiro de Maio foram marcadas para ocorrer internacional em 1890, então aqui no Brasil estávamos num período de transformação nas relações de trabalho com o fim do regime escravista e tb vivenciando o início de um novo modelo de governo, então como a ideia era contar a história do nascimento do Primeiro de Maio, era necessário fazer essas demarcações de tempo e local, que inclusive é comum e obrigatório entre as pesquisas históricas. A curiosidade com a temática veio

CANAIS DE COMUNICAÇÃO



www.sintestba.org.br



71 3384-0016



71 98952-4311



imprensa@sintestba.org.br



sintestba.uneb



sintestba.oficial



TV Sintest Uneb

Receba informações e notícias do SINTEST UNEB pelo nosso whatsApp.

71 98952-4311

